TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUIS, DA COMARCA DA ILHA DE SÃO LUIS - MA 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DE SÃO LUÍS - MA-Campus Universitário Paulo VI, s/n, - São Luís – MA PROCESSO nº: 0800456-08.2021.8.10.0007 RECLAMANTE: JOÃO PAULO CARVALHO REIS RECLAMADA: AUTO ESCOLA MENDES FILHO LTDA. ADVOGADO: CÁSSIO LUIZ JANUÁRIO ALMEIDA OAB/MA nº 8.014 SENTENÇA 1. Relatório. Inicialmente, registra-se a dispensa do relatório, em face do disposto no art. 38 da Lei nº 9.099/95, motivo pelo qual os fatos de maior relevância da lide serão mencionados na própria fundamentação. 2. Fundamentos. 2.1. Prejudicial de mérito. Ausência de interesse processual - inexistência de pretensão resistida – extinção do processo sem resolução do mérito. Não assiste razão ao demandado. Ainda que não haja pedido administrativo formulado pelo autor, sua inexistência não impede o ajuizamento da ação, diante da garantia constitucional de direito de ação e de acesso ao Poder Judiciário, conforme disposto no art. 5º, XXXV, da Constituição Federal. Rejeito-a. 2.2. Mérito. Trata-se de reclamação formulada por JOÃO PAULO CARVALHO REIS em desfavor de AUTO ESCOLA MENDES FILHO LTDA, na qual pleiteia a restituição da quantia paga e a reparação pelos danos morais. Relata o autor que firmou contrato com a ré, tendo como objeto a prestação de serviços de aulas teóricas e práticas para obtenção da CNH, categoria A, pagando no ato da matrícula o valor de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais). Alega que após contatar a requerida por diversas vezes, recebeu resposta negativa quanto ao início das aulas, o que lhe motivou a solicitar a devolução do valor pago, pedido este que foi negado pela reclamada. Por todo o exposto, requer o ressarcimento do valor despendido, sem prejuízo da indenização por danos morais. Em sede de contestação, a empresa ré esclarece que, em decorrência da pandemia Covid-19 que assola o Brasil e o mundo, a prestação de serviços foi interrompida por determinação dos decretos editados pelo Governo do Estado do Maranhão, bem como das diversas interrupções e funcionamento do DETRAN/MA. Outrossim, afirma que, após a retomada de seus serviços, a marcação da aula teórica está ocorrendo de maneira gradual. Por fim, ressalta que tais circunstâncias decorreram de um fato excepcional, fruto de caso fortuito/força maior, pelo que requer a total improcedência do pleito autoral. Há de se observar que a presente demanda versa sobre relação de consumo, tendo em vista que as partes enquadram-se nos conceitos de consumidor e fornecedor previstos nos Art. 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor, pelo que, como critério de julgamento, procedo à inversão do ônus da prova, a fim de restabelecer o equilíbrio contratual entre as partes, possibilitando a facilitação da defesa do polo mais vulnerável, conforme dita o Art. 6º, VIII, do CDC. No presente caso, os fatos narrados conduzem, em parte, às consequências jurídicas pretendidas pelo autor. Ao analisar o conjunto probatório, nota-se que o autor contratou serviços da ré para obtenção de sua CNH, pelo qual pagou o valor de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais). Incontroso que não houve prestação de serviço, haja vista a suspensão das atividades consideradas não essenciais, com objetivo de conter o avanço da pandemia, conforme afirmado pelas partes. Assim sendo, em que pesem os argumentos da empresa ré, entendo que o pedido de devolução da quantia paga pelo autor merece acolhimento, tendo em vista que este não usufruiu dos serviços contratados, a qual encontrava-se com suas atividades suspensas, o que denota que não houve qualquer prejuízo a justificar a retenção de valores. Sendo assim, levando em consideração os princípios que regem as normas de Defesa do Consumidor, de rigor a rescisão do contrato e o ressarcimento integral dos valores desembolsados pelo demandante com os serviços não usufruídos, uma vez que por força maior as partes devem retornar ao estado anterior à

contratação, haja vista que nenhum dos litigantes deu causa à impossibilidade do cumprimento do ajuste. Por outro lado, o pedido de indenização por dano moral não prospera, uma vez que as aulas não foram lecionadas em decorrência de evento extraordinário e imprevisível, alheio à vontade das partes. Ademais, conforme preleciona o doutrinador Carlos Roberto Gonçalves, na obra Direito das Obrigações, ed. Saraiva, ensina que: “Para que haja o dever de indenizar é necessária a ocorrência dos seguintes elementos: ação ou omissão, dolo ou culpa, nexos de causalidade e dano”. Ausente um dos elementos, inexistente o dever de indenizar. 3. Dispositivo. Isto posto, JULGO parcialmente PROCEDENTE o pedido e condeno AUTO ESCOLA MENDES FILHO LTDA. a restituir a JOÃO PAULO CARVALHO REIS a importância de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) que sofrerá acréscimo de correção monetária pelo INPC, a partir do efetivo desembolso, além de juros de 1% a.m. (um por cento ao mês), a contar da citação, ficando extinto o processo com resolução integral do mérito. Concedo ao autor o benefício da justiça gratuita (CPC, art. 98). Sem custas e honorários, porque indevidos nesta fase (inteligência dos arts. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. São Luís, 3 de setembro de 2021. Juiz JOÃO PEREIRA NETO Auxiliar de Entrância Final, respondendo (assinado eletronicamente)